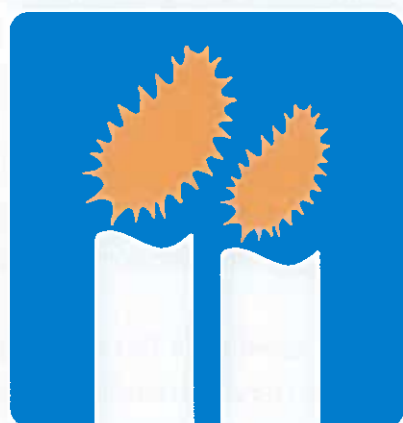


Paiz
Associação

**ESTATUTOS
DA
APPACDM DO PORTO
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO
DEFICIENTE MENTAL**



APPACDM
PORTO

Notas Prévias

Os presentes estatutos foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de Associados da APPACDM DO PORTO, realizada em 11 de julho de 2019.

A Escritura de constituição da Assembleia foi celebrada na Secretaria Notarial de Matosinhos, no dia 5 de junho de 2000 com a presença de trinta fundadores que assinaram, conjuntamente com a notária, Dr.ª Maria de Jesus Pereira de Oliveira Craveiro, todas as folhas do respetivo processo, de onde saíram os primeiros Estatutos da APPACDM DO PORTO.

A primeira revisão foi feita e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral de Associados em 12 de novembro de 2015 para dar cumprimento ao Dec. Lei 172-A/2014 de 14 de novembro, que altera e aprova o novo estatuto das IPSS.

A segunda revisão foi feita e aprovada por unanimidade em 23 de novembro de 2016, com alteração do objeto social e retificação de alguns artigos para adequação ao Dec. Lei 172-A/2014 de 14 de novembro, que altera e aprova o novo estatuto das IPSS.

Esta terceira revisão, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de julho de 2019 (em continuação da Assembleia Geral Extraordinária de 4 de julho de 2019), altera os artigos 5º e 6º, relativos ao objeto, fins e atividades, possibilitando o eventual alargamento da atuação dos serviços da APPACDM do Porto.

A CONSTITUIÇÃO DA APPACDM DO PORTO FOI PUBLICADA NO DIÁRIO DA REPUBLICA, III SÉRIE, Nº 165, (Pág. 15.460-12), DE 19 DE JULHO DE 2000.

A APPACDM DO PORTO encontra-se registada sobre o número 5/2002, a fls. 35 verso, 36 e 36 verso do Livro nº 9 das associações de solidariedade social com data de 29 de janeiro de 2001 (Vd. Ofício de Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social nº549, de 8.02.2002)


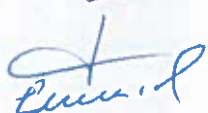
ARTIGO 5º

Objeto

Revisão
Revisão

1. Constituem objetivos da APPACDM DO PORTO:

- a) Promover a integração da pessoa com deficiência intelectual ou incapacidade, garantindo a Qualidade de Vida, o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades e a igualdade de género.
- b) Promover o equilíbrio das famílias das pessoas com deficiência intelectual ou incapacidade, sensibilizando-as e motivando-os para a defesa dos direitos dos seus familiares com deficiência e preparando-as para a assunção das responsabilidades que lhes cabem, numa perspetiva de condução de educação permanente na escola e na família.
- c) Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o Estado, nas formas possíveis para o papel que lhes cabe na resolução dos problemas das pessoas com deficiência intelectual ou incapacidade e suas respetivas famílias.
- d) Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades das pessoas com deficiência intelectual ou incapacidade nas instituições, no trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos a igualdade, a inclusão, a valorização, o humanismo e o respeito.
- e) Manter e melhorar as estruturas de resposta existentes em obediência aos princípios de valorização, sem descuidar a qualidade dos serviços prestados às pessoas com deficiência intelectual ou incapacidade apoiadas e fomentar a criação de novas estruturas, delegações ou estabelecimentos por forma a gradualmente satisfazer as necessidades existentes na área da sua atuação, promovendo e desenvolvendo meios acessíveis para a pessoa com deficiência intelectual ou incapacidade.
- f) Promover e defender, até onde a sua competência e capacidade de intervenção lho permitir, a criação de legislação e a adequação da existente – nacional ou comunitária – no sentido de serem sempre reconhecidos e respeitados os direitos e os deveres de todos os cidadãos com deficiência intelectual ou incapacidade.
- g) Manter e desenvolver laços de estreita colaboração com todas as entidades nacionais e estrangeiras, podendo filiar-se em organismos nacionais ou internacionais desde que daí resultem benefícios para os seus objetivos.
- h) Defender e promover, junto dos organismos ou federações nacionais ou internacionais, de que seja filiada e no uso dos direitos que aí lhe sejam conferidos, a política, as atitudes e os meios mais aconselháveis e adequados para a proteção dos reais interesses dos cidadãos com deficiência intelectual ou incapacidade.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E OUTRAS RECEITAS

ARTIGO 1º

Natureza da Instituição

A APPACDM DO PORTO - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, abreviadamente designada por APPACDM DO PORTO é uma associação sem fins lucrativos, de solidariedade social e da iniciativa voluntária de particulares que tem por missão contribuir para a qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência intelectual ou doença mental geradoras de incapacidade.

ARTIGO 2º

Qualificação

A APPACDM DO PORTO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

ARTIGO 3º

Sede

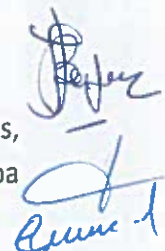
1. A Sede Social é no Porto, na Travessa da Costibela, nº 85, em Aldoar.
2. Por deliberação da Assembleia Geral de Associados a Sede pode a todo o tempo ser transferida para onde se julgar mais conveniente.
3. Por simples deliberação da Direção podem ser criadas delegações e/ou estabelecimentos, para o exercício da sua atividade, dentro da sua área de atuação.

ARTIGO 4º

Âmbito de atuação e intervenção

A APPACDM DO PORTO tem o seu âmbito de atuação e intervenção no Distrito do Porto e deverá, desde que lhe seja possível, intervir em toda a região.

- i) Promover a nível nacional e internacional, atividades culturais, formativas, recreativas, desportivas, de lazer e ocupação de tempos livres para a pessoa com deficiência intelectual ou incapacidade.
2. A APPACDM DO PORTO visa ainda promover a integração e respeitar todos os objetivos consagrados no número anterior para outras populações e pessoas em risco ou carenciadas, nomeadamente pessoas com outras deficiências ou défices cognitivos e/ou sensoriais, desde que seja sempre garantida a priorização e nunca seja comprometida a resposta às pessoas com deficiência intelectual.



ARTIGO 6º

Fins e atividades

1. A APPACDM DO PORTO para prossecução dos seus objetivos deverá levar a cabo, quer ao nível da sua área geográfica de intervenção quer a nível nacional, em colaboração com entidades públicas ou privadas, as seguintes ações:
- a) Criação de estruturas e equipamentos, nomeadamente nas seguintes áreas:
- I. Serviços de apoio direto à habilitação e reabilitação da pessoa com atraso de desenvolvimento, deficiência intelectual ou incapacidade, inseridos no seu processo de desenvolvimento designadamente: Intervenção Precoce, Creche, Pré-Escolar, Escolar, Formação Profissional, Apoio Ocupacional e Emprego, Apoio à Vida Independente, Lares e Residências, Apoio Domiciliário e Internamento Temporário;
 - II. Serviços de apoio direto ao cidadão em risco ou em situação de exclusão/isolamento social, nomeadamente Serviços de Apoio Domiciliário, Serviços da área dos Cuidados de Saúde e Reabilitação, Centros de Acolhimento Temporário, Lares e Residências, serviços na área da infância e juventude e dos idosos;
 - III. Serviços complementares aos referenciados na alínea anterior, bem como ainda serviços de formação e informação no apoio à família e à pessoa com deficiência intelectual ou incapacidade e/ou em risco de exclusão/isolamento social.
- b) Criação de estruturas em parceria com instituições públicas ou privadas que fomentem a investigação sobre diferentes temáticas nas áreas da deficiência intelectual ou incapacidade e/ou exclusão/isolamento social, incidindo nos âmbitos psicológico, social e médico, na prossecução permanente do aperfeiçoamento dos conhecimentos nestas áreas.

2. Por decisão da Assembleia Geral, sob proposta da Direção, a Associação poderá desenvolver outros fins secundários de natureza não lucrativa ou atividades instrumentais de natureza lucrativa quer diretamente ou através de entidades por si criadas ou em que tenha participação mesmo que de natureza comercial, desde que os resultados dessas atividades se destinem a financiar os seus fins não lucrativos.

ARTIGO 7º

Organização e funcionamento

A organização e funcionamento das diversas unidades e serviços constarão de regulamentos internos elaborados pela Direção.

ARTIGO 8º

Serviços Prestados

1. Os serviços prestados pela Instituição serão gratuitos ou remunerados por capitação, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes e/ou os seus agregados familiares.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

ARTIGO 9º

Da duração

A APPACDM DO PORTO durará por tempo indeterminado.

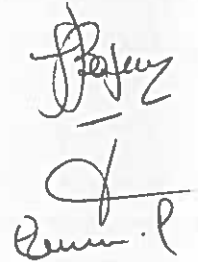
ARTIGO 10º

Das Receitas

Constituem receitas da APPACDM DO PORTO

- a) O produto das joias e quotas dos associados;
- b) As comparticipações dos utentes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
- e) Os subsídios, comparticipações ou financiamentos do Estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de eventos ou subscrições ou outras atribuições patrimoniais de particulares;

- g) Os rendimentos ou dividendos das atividades instrumentais;
- h) Outras receitas.

Two handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page. The top signature is more stylized and appears to be 'Rafael', while the bottom one is more cursive and appears to be 'Carmen P'.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 11º *Associados*

Podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas coletivas.

ARTIGO 12º *Categoria de Associados*

Existirão três categorias de associados:

- a) Efetivos
- b) Apoiantes
- c) Honorários

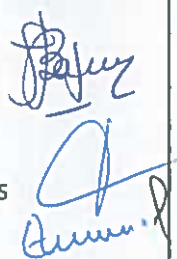
ARTIGO 13º *Dos Associados Efetivos*

Podem ser associados efetivos:

- a) Os familiares até ao quarto grau mesmo que em linha colateral e os tutores de pessoas com deficiência intelectual, que sejam maiores de idade e que contribuam voluntariamente com uma quota regular para as receitas da Associação.
- b) As pessoas singulares ou coletivas, que prestem serviços relevantes e regulares à Associação, por ela se interessem ativamente e sejam já associados, apoiantes, tenham sido propostas para associados efetivos à Assembleia Geral e por ela aprovadas, ou assinadas por pelo menos vinte associados efetivos no gozo dos seus direitos.

ARTIGO 14º *Deveres dos Associados Efetivos*

São deveres dos associados efetivos:

- 
- a) Tomar parte nas Assembleias Gerais;
 - b) Aceitar e desempenhar com zelo, dedicação e eficácia os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;
 - c) Cumprir as disposições legais, regulamentares e estatutárias;
 - d) Acatar as resoluções dos órgãos sociais da Associação desde que tornadas em observância da Lei e dos Estatutos;
 - e) Prestar as informações e fornecer os elementos que lhe forem solicitados para a realização dos fins da Associação;
 - f) Contribuir para o bom nome e prestígio da Associação, bem como para a eficácia da sua ação;
 - g) Pagar regularmente as suas quotas.

ARTIGO 15º

Direitos dos Associados Efetivos

São direitos dos associados efetivos:

- a) Eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais da Associação decorrido um ano após o reconhecimento da sua qualidade de associado efetivo;
- b) Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando todos os assuntos que às mesmas forem submetidos;
- c) Requerer aos órgãos competentes da Associação as informações que desejarem e examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, nos períodos e nas condições que forem fixadas pela Direção, desde que o requeiram por escrito com antecedência mínima de trinta dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo, cabendo recurso para a Assembleia Geral das deliberações tomadas nesta matéria;
- d) Requerer a convocação de Assembleias Gerais nos termos dos Estatutos e da Lei se tiverem sido admitidos há mais de um ano;
- e) Solicitar a sua demissão;
- f) Exercer todos os demais direitos que para ele resultem por Lei, pelos presentes Estatutos e pelos Regulamentos Internos da Associação se existirem;
- g) Frequentar as instalações da Associação sem prejuízo do funcionamento normal destas, bem como ainda participar das atividades daquela;
- h) Beneficiar da prioridade nas admissões dos seus familiares com deficiência intelectual, desde que as respetivas estruturas de apoio permitam o enquadramento adequado, devendo a Direção ponderar essas situações em função das necessidades e dos casos que se apresentam a nível geral;
- i) Em caso de transferência de residência, requerer a intervenção da APPACDM DO PORTO junto da APPACDM com competência territorial sobre

ARTIGO 20º

Do exercício dos direitos de Associado



1. Os Associados só podem exercer os direitos referidos nestes Estatutos se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Não são elegíveis para os Órgãos Sociais os associados que, mediante processo judicial tenham sido removidos dos cargos diretivos da Associação ou de outra Instituição Particular de Solidariedade Social, ou tenham sido condenados por sentença transitada em julgado em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.
3. No caso de trabalhadores ou ex-trabalhadores da instituição também não são elegíveis para os órgãos sociais aqueles que, sendo associados efetivos, tenham sido condenados de forma definitiva em qualquer sanção disciplinar, salvo admoestação, no quadro da sua relação laboral com a APPACDM DO PORTO.

ARTIGO 21º

Da transmissão da qualidade de Associado

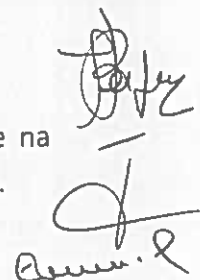
A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão.

ARTIGO 22º

Perda de qualidade de Associado

1. Perdem a qualidade de associado:
 - a) os que pedirem a sua demissão;
 - b) os que deixarem de pagar as suas quotas durante 24 meses;
 - c) os que forem demitidos nos termos do n.º 1 do Artigo 23º;
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se excluído o associado que tendo sido notificado pela Direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de 90 dias.
3. As pessoas coletivas perdem a qualidade de associado por dissolução ou fusão.
4. Por deliberação da Direção, a qualidade de associado perdida por falta de pagamento de quotas nos termos da alínea b) do nº1 pode ser recuperada mediante pedido fundamentado do interessado.

a área da nova residência, para o efeito de beneficiar de prioridade na admissão do seu familiar com deficiência intelectual naquela instituição.



ARTIGO 16º

Dos Associados Apoiantes

São associados apoiantes as pessoas individuais ou coletivas que contribuam voluntariamente com uma quota regular para as receitas da Associação.

ARTIGO 17º

Deveres dos Associados Apoiantes

Os associados apoiantes têm os mesmos deveres dos associados efetivos com exceção dos constantes da alínea b) do artigo 14º destes Estatutos, não dispendo também de direito a voto nas Assembleias Gerais Eleitorais.

ARTIGO 18º

Direitos dos Associados Apoiantes

São direitos dos associados apoiantes:

- a) Frequentar as instalações sem prejuízo do funcionamento normal destas bem como participar das atividades da Associação;
- b) Ser informado das atividades da Associação;
- c) Dirigir posições, reclamações e petições aos Órgãos Sociais da Associação;
- d) Assistir às reuniões da Assembleia Geral, sem direito a voto.

ARTIGO 19º

Dos Associados Honorários

1. São Associados Honorários as pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, que sendo já associados e tendo prestado serviços relevantes à APPACDM DO PORTO tenham merecido essa distinção por deliberação da Assembleia Geral sob proposta fundamentada da Direção ou de, pelo menos, vinte associados efetivos no pleno gozo dos seus direitos.
2. Os Associados Honorários têm os mesmos direitos e deveres dos associados efetivos não podendo, contudo, ser eleitos para os Órgãos Sociais da Associação no caso de se tratar de pessoas coletivas.

diretamente ou através de entidades por si criadas ou em que tenha participação, desde que os resultados dessas atividades se destinem a financiar os seus fins não lucrativos.

2. As competências referidas nas alíneas i), j), x) e y) do número anterior poderão ser delegadas, caso a caso, em qualquer membro da Direção por deliberação da mesma lavrada em Ata.
3. A Direção poderá delegar em outrem alguns dos seus poderes, bem como revogar os mesmos ou parte deles, a todo o tempo.

SECÇÃO IV CONSELHO FISCAL

ARTIGO 52º *Sua composição*

1. O Conselho Fiscal compõe-se de um Presidente e de dois Vogais.
2. Haverá um suplente que se tornará efetivo em caso de vaga.
3. No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro Vogal e este por um suplente.
4. O cargo de Presidente não poderá ser ocupado por um trabalhador da instituição.
5. O órgão de fiscalização pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

ARTIGO 53º *Competências*

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um ou todos os seus membros nas reuniões da Direção, sempre que para tal sejam convocados pelo Presidente da Direção, mas sem direito a voto;
- c) Elaborar Relatório e emitir Parecer sobre o Balanço, Relatório e Contas de Gerência, Programa de Ação e Orçamento e sobre todos os assuntos que a Direção submeta à sua apreciação;
- d) Solicitar a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgue necessário;

- e) Solicitar à Direção os elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.
- f) Efetuar aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos Estatutos e dos Regulamentos.

ARTIGO 54º

Reuniões

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente, por iniciativa deste ou a pedido da maioria dos seus elementos e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada semestre.

CAPÍTULO IV

CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 55º

Do Conselho Consultivo

1. A Direção pode nomear um Conselho Consultivo, constituído por um número mínimo de sete elementos e um número máximo de quinze, podendo estes ser associados ou não, desde que mostrem interesse na participação da Missão da Associação.
2. O Conselho Consultivo reunirá no mínimo uma vez por ano, por convocatória escrita da Direção, e sempre que esta entenda necessário.
3. O Conselho Consultivo tem por função aconselhar o órgão de administração e o seu parecer não é vinculativo.

CAPÍTULO V

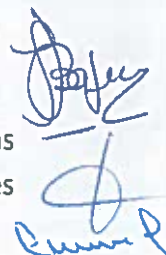
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 56º

Alteração da Sede da Associação

A Sede da APPACDM DO PORTO situa-se na cidade do Porto e a alteração da sua localização fora do Concelho do Porto só pode ser efetuada com a aprovação de dois terços dos membros presentes ou representados da Assembleia Geral de Associados expressamente convocada para o efeito.

4. Salvo motivos justificados e aceites pela Direção, consideram-se como vagas abertas os cargos dos membros deste órgão que faltarem às respetivas reuniões cinco vezes seguidas ou dez alternadas no mesmo ano civil;
5. O disposto no número anterior não prejudica a vacatura originada por pedido de renúncia dirigido ao Presidente da Assembleia Geral.



ARTIGO 50º

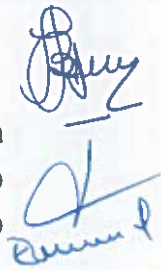
Reuniões

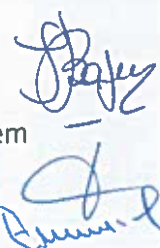
1. A Direção reúne, obrigatoriamente, de dois em dois meses e sempre que necessário e é solidariamente responsável por todos os atos de gerência salvo quando algum dos membros expressar fundamentadamente a sua discordância que deverá ficar registada em Ata.
2. A convocação das reuniões é da competência do Presidente da Direção, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.
3. Os membros do órgão de fiscalização podem assistir às reuniões do órgão de administração quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.
4. Os membros suplentes poderão assistir às reuniões da Direção, mas sem direito a voto;

ARTIGO 51º

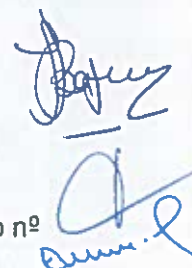
Competências

1. Compete ao órgão de administração designado por Direção:
 - a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
 - b) Elaborar e apresentar para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Associados os Programas de Ação e Orçamentos anuais;
 - c) Apresentar para apreciação e aprovação da Assembleia Geral o Relatório e as Contas de Gerência anuais;
 - d) Apresentar à Assembleia Geral, sempre que esta o exija, um Relatório sobre matérias especificamente definidas;
 - e) Executar as linhas de ação e orientações gerais definidas pela Assembleia Geral de Associados;
 - f) Administrar os meios financeiros da Associação de acordo com os orçamentos aprovados e promover a organização e elaboração da contabilidade nos termos legais;
 - g) Promover e recolher Planos de Atividades e Relatórios anuais das diferentes Unidades ou Centros de Atendimento;
 - h) Dinamizar as atividades das diversas Unidades numa perspetiva de coordenação e cumprimento dos objetivos da Associação;

- 
- i) Obrigar a APPACDM DO PORTO em operações financeiras e outras através da assinatura conjunta de dois dos seus membros sendo uma, obrigatoriamente, do Presidente, do Vice-Presidente ou do Tesoureiro salvo quanto aos atos de mero expediente em que bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.
 - j) Representar a APPACDM DO PORTO em juízo e fora dele;
 - k) Manter um registo atualizado do número e categorias de associados;
 - l) Elaborar, propor e executar os Regulamentos Internos necessários ao funcionamento da Associação, seus serviços, setores e respostas;
 - m) Elaborar, propor e executar o Regulamento Eleitoral;
 - n) Recrutar, contratar, demitir e gerir nos termos legais o pessoal constante dos quadros de pessoal que elaborará, exercer a disciplina de acordo com a lei geral, com os presentes Estatutos e Regulamento Interno da APPACDM DO PORTO.
 - o) Cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos, as diretivas gerais da Assembleia Geral e os Regulamentos Internos;
 - p) Zelar pelo bom funcionamento dos Serviços da Associação;
 - q) Admitir associados efetivos e apoiantes;
 - r) Aplicar aos associados a sanção prevista na alínea a) do Artigo 24º e a suspensão por 6 meses e propor à Assembleia Geral a sua exclusão;
 - s) Criar serviços de cuidados diretos aos utentes;
 - t) Nomear e demitir os respetivos diretores ou coordenadores nos termos do Regulamento Interno;
 - u) Facultar ao exame do Conselho Fiscal os livros de atas, demonstrações financeiras e demais documentos sempre que lhe sejam pedidos para o exercício da sua função;
 - v) Reconhecer e homologar a constituição de núcleos de associados;
 - w) Relacionar-se dinâmica e operacionalmente com todas as Instituições de que seja filiada e com todas aquelas, estatais ou privadas, que por obrigação legal ou conveniência associativa seja útil manter e incentivar;
 - x) Celebrar quaisquer contratos em nome da instituição com terceiros, designadamente de compra e venda de móveis e imóveis, procedendo ao respetivo registo, mútuo, seguro, arrendamento, locação – financeira, garantias, prestação de serviços e empreitadas, contratos financeiros e outros, bem como o de poder abrir e movimentar quaisquer contas bancárias e desencadear os necessários procedimentos administrativos junto dos competentes órgãos da Administração Central, Local e Regional;
 - y) Outorgar escrituras públicas, através da assinatura conjunta de dois membros da Direção sendo uma, obrigatoriamente, a do Presidente ou Vice-Presidente ou Tesoureiro pela assinatura conjunta de três membros independentemente dos seus cargos.
 - z) Propor à Assembleia Geral o desenvolvimento de outros fins secundários de natureza não lucrativa ou atividades instrumentais de natureza lucrativa quer

- 
- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
 - b) Conferir posse aos membros dos Órgãos Sociais eleitos;
 - c) Eleger os membros dos Órgãos Sociais, por votação secreta;
 - d) Destituir qualquer membro dos Órgãos Sociais, por votação secreta, com maioria de dois terços dos votos;
 - e) Apreciar e votar anualmente o Balanço, o Relatório e Contas de Gerência, bem como o Parecer do Conselho Fiscal;
 - f) Apreciar e votar o Orçamento e o Programa de Ação para o exercício seguinte e respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
 - g) Fixar as quotas a pagar pelos associados;
 - h) Alterar os Estatutos;
 - i) Aprovar a extinção, fusão, incorporação ou a associação de associações congéneres, por votação secreta, com um número mínimo de cinquenta por cento dos associados efetivos e com maioria de dois terços dos votos expressos.
 - j) Aprovar a filiação da Associação em Federações, Confederações e outros Organismos Nacionais ou Internacionais;
 - k) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma Instituição e respetivos bens;
 - l) Decidir a exclusão de Associados e funcionar como instância de recurso em relação às sanções aplicadas pela Direção, sem prejuízo de recurso para os Tribunais;
 - m) Decidir do exercício do Direito da Ação Civil ou Penal contra Associados;
 - n) Apreciar e votar matérias especialmente previstas nestes Estatutos e demais Legislação complementar aplicável;
 - o) Tratar de qualquer assunto de reconhecido interesse para a Associação e de recursos das deliberações da Direção;
 - p) Aprovar sob proposta da Direção o convite a determinado associado apoiante para associado efetivo;
 - q) Aprovar, sob proposta da Direção, a aquisição onerosa, alienação e hipotecas sobre bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
 - r) Deliberar sobre a alteração dos objetivos da Associação ou, sob proposta da Direção, o desenvolvimento de outros fins secundários de natureza não lucrativa ou atividades instrumentais de natureza lucrativa quer diretamente ou através de entidades por si criadas ou em que tenha participação mesmo que de natureza comercial, desde que os resultados dessas atividades se destinem a financiar os seus fins não lucrativos
 - s) Deliberar sobre o pedido de demissão da Direção e Conselho Fiscal;
 - t) Deliberar sobre a realização de inquéritos ou de auditorias ao funcionamento dos Órgãos Sociais e proceder em conformidade com as conclusões dos mesmos;
 - u) Deliberar sobre a nomeação de Associados Honorários;

- v) Apreciar e autorizar sob proposta da Direção a transferência da Sede da Associação;
- w) Fixar a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais nos termos previstos no nº 2 do Artigo 34º dos presentes Estatutos.
- x) Autorizar a Associação a demandar os membros dos Órgãos Sociais por atos praticados no exercício dessas funções.



SECÇÃO III DIREÇÃO

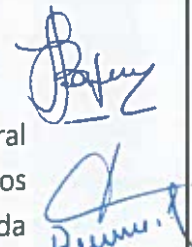
ARTIGO 48º *Sua Composição*

1. A Direção da APPACDM DO PORTO é constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal;
2. Haverá simultaneamente três suplentes cujo nome constará da respetiva lista a submeter a sufrágio;
3. O Vice-presidente substitui o Presidente na sua falta, impedimento ou vacatura;
4. Os membros suplentes eleitos só exercerão as suas funções quando se verificar o impedimento prolongado do membro efetivo ou quando se der vaga nos termos dos nºs 4 e 5 do Artigo 49º, caso em que assumirão de imediato o exercício do cargo;

ARTIGO 49º *Vacatura*

1. Durante o mandato da Direção, as vagas abertas entre os seus membros serão obrigatoriamente preenchidas pelos membros suplentes segundo a ordem porque tiverem sido eleitos devendo os membros da Direção escolher entre todos o cargo ou os cargos a atribuir resultantes da vacatura, com exceção do cargo de Presidente em que será o Vice-presidente a assumir o cargo;
2. Se se vier a verificar uma vaga já depois de terem assumido o cargo efetivo os suplentes indicados, haverá eleições parciais para o lugar vago assegurando o membro que vier a ser eleito apenas o tempo remanescente de mandato do órgão de administração que passará a integrar.
3. A demissão simultânea da maioria dos membros da Direção obrigará a novas eleições para este órgão;

4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral competirá à Assembleia eleger para o ato os substitutos, de entre os associados presentes que cessarão as suas funções no final dos trabalhos, sem prejuízo da elaboração da respetiva ata que assinarão e onde deverá constar o incidente da substituição e a razão da mesma.



ARTIGO 41º

Convocação

1. A convocação da Assembleia Geral, será feita por convocatória do seu Presidente que será afixada na Sede e em todas as dependências da APPACDM DO PORTO com, pelo menos, quinze dias de antecedência e na qual se indicará o dia, a hora, o local da reunião e a respetiva Ordem de Trabalhos;
2. A convocatória é também feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado ou através de correio eletrónico nos casos em que os associados tenham indicado o respetivo endereço de correio eletrónico.
3. Independentemente das convocatórias, é dada publicidade à realização das Assembleias Gerais nas edições da associação, no sítio institucional da instituição e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da associação.
4. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal ou correio eletrónico, para os associados.
5. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária deverá ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

ARTIGO 42º

Quórum

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou os seus representantes devidamente credenciados;
2. Se à hora marcada para a reunião se não verificar o número de presenças previsto no número anterior, a Assembleia reunirá com qualquer número de associados meia hora depois.

ARTIGO 43º
Deliberações

São anuláveis todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da Ordem de Trabalhos constante da convocatória, salvo se, estiverem presentes ou devidamente representados todos os associados da Associação, no pleno gozo dos seus direitos e concordarem, por unanimidade, com a respetiva inclusão.

ARTIGO 44º
Votação

1. Cada associado dispõe de um voto.
2. É exigida a maioria qualificada de dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias constantes das alíneas d), h), i) e x) do Artigo 47º dos presentes Estatutos.
3. É exigida a maioria qualificada de nove décimos dos votos de todos os associados efetivos e honorários, no pleno gozo dos seus direitos, na aprovação das matérias constantes da alínea s) do Artigo 47º dos presentes Estatutos

ARTIGO 45º
Voto por correspondência

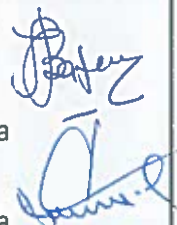
Não é admitido o voto por correspondência.

ARTIGO 46º
Voto por representação

1. É admitido o voto por representação desde que o associado se faça representar por outro associado na Assembleia Geral, e deve constar de documento escrito, em que se encontre devidamente identificada a matéria da Ordem de Trabalhos prevista na convocatória, ser dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e estar a assinatura validamente reconhecida.
2. O reconhecimento da assinatura prevista no número anterior pode ser dispensado se o Presidente da Mesa assumir essa responsabilidade perante a Assembleia Geral.
3. Cada associado não poderá representar mais do que um associado.

ARTIGO 47º
Competências

É da competência exclusiva da Assembleia Geral:

- 
2. O processo disciplinar é da competência da Direção sendo ainda da competência desta a aplicação da sanção de repreensão.
 3. As sanções de exclusão e de suspensão são da exclusiva competência da Assembleia Geral para a qual deve ser convocado o Associado incurso no Processo Disciplinar que aí poderá renovar a sua defesa por alegação oral.
 4. A Direção, em quinze dias após a receção do relatório final do instrutor deverá aplicar as sanções da sua competência e em caso de a sanção ser a de suspensão, remeter o processo ao Presidente da Assembleia Geral para que na primeira que se realize se proceda à deliberação de exclusão ou não do Associado ou da sua suspensão.
 5. Das sanções aplicadas pela Direção no exercício da sua competência caberá sempre recurso para a primeira Assembleia Geral que se realizar após o conhecimento da sanção por parte do Associado incurso em processo disciplinar.
 6. O recurso para a Assembleia Geral terá que se efetuar até quinze dias antes da sua realização.
 7. A impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido na alínea anterior determina que o processo seja decidido na Assembleia Geral seguinte.
 8. A sanção disciplinar de suspensão não desobriga o pagamento das quotas.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I

ARTIGO 27º

Órgãos da Associação

1. São órgãos da Associação a Assembleia Geral, o órgão de administração designado por Direção e o órgão de fiscalização designado por Conselho Fiscal;
2. A Direção poderá deliberar a constituição de Comissões Especiais, de duração limitada, para o desempenho de tarefas determinadas;
3. Só podem participar dos Órgãos Sociais os Associados efetivos ou honorários no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 28º

Duração dos mandatos e incompatibilidades

ARTIGO 23º

Da exclusão ou demissão

1. Serão excluídos os associados que incorram em violação grave e culposa dos Estatutos, Regulamentos Internos e demais legislações complementares aplicáveis.
2. A exclusão dos associados é da competência da Assembleia Geral sob proposta fundamentada e iniciativa da Direção.
3. Por deliberação da Direção poderá o associado incurso em processo de exclusão ser suspenso dos seus direitos perante a Associação até um prazo máximo de seis meses.
4. Quando o associado exerça cargos em Órgãos Sociais e seja abrangido pelas disposições dos números anteriores, será demitido do respetivo cargo.

ARTIGO 24º

Outras sanções

Os associados que violarem os deveres estabelecidos nos presentes Estatutos e demais legislações aplicáveis e que não estejam sujeitos a exclusão poderão ser alvo das seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão de direitos até seis meses

ARTIGO 25º

Procedimento judicial

As sanções aplicadas nos termos dos presentes Estatutos não excluem ou inibem o procedimento judicial se a ele houver lugar.

ARTIGO 26º

Procedimento disciplinar

1. A aplicação de qualquer sanção será obrigatoriamente precedida de processo disciplinar escrito onde será elaborada uma Nota de Culpa, dispondo o Associado de dez dias para contestar, também por escrito, apresentar prova e, se desejar, prestará declarações no processo, devendo o instrutor, no prazo de sessenta dias após a contestação elaborar relatório final de onde conste a proposta de sanção, a enviar à Direção.

ARTIGO 31º

Deliberação dos Órgãos da Associação



1. Os Órgãos Sociais são convocados pelos respectivos Presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares;
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate;
3. As votações respeitantes às eleições dos Órgãos Sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

ARTIGO 32º

Da responsabilidade civil e criminal

1. Os membros dos Órgãos Sociais são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na Lei, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na Ata respetiva.
 - b) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na Ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;

ARTIGO 33º

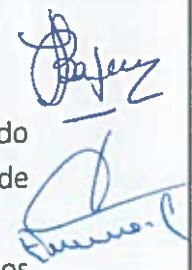
Das Atas

1. Das reuniões efetuadas pelos Órgãos Sociais lavrar-se-á sempre Ata que deverá ser assinada por todos os titulares presentes.
2. Nas Assembleias Gerais a respetiva Ata é assinada pelos membros da Mesa.

ARTIGO 34º

Da remuneração dos titulares dos Órgãos Sociais

1. O desempenho de qualquer cargo em qualquer Órgão Social é gratuito, podendo, porém, justificar-se o pagamento de despesas derivadas desse exercício, assim como uma remuneração a ajustar caso a caso quando o volume de trabalho ou a complexidade da administração exija a presença prolongada ou em permanência do respetivo titular.
2. A remuneração prevista no número anterior é da competência da Assembleia Geral que decidirá mediante proposta fundamentada apresentada pela Direção e de acordo com a legislação em vigor.

- 
1. A duração dos mandatos dos Órgãos Sociais eleitos é de quatro anos coincidindo com os anos civis correspondentes, sem prejuízo de exercício, até à tomada de posse dos novos eleitos.
 2. O Presidente da Direção não poderá ser eleito para mais de três mandatos consecutivos.
 3. Nenhum Associado pode ser eleito para mais de um cargo;
 4. Não podem ser eleitos para o mesmo órgão da Associação ou ser simultaneamente titulares da Direção e do Conselho Fiscal os cônjuges, as pessoas que vivam em comunhão de facto, parentes ou afins em linha reta.
 5. Os órgãos de administração e de fiscalização não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores.

ARTIGO 29º

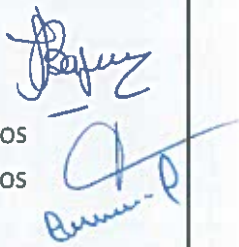
Impedimentos

1. Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não podem votar em assunto que lhes diga respeito ou nos quais estejam interessados os respetivos cônjuges, seus ascendentes ou descendentes ou qualquer elemento da respetiva fratria (irmãos) ou afins ou ainda pessoas coletivas de que seja parte interessada.
2. Os titulares dos órgãos de administração não podem contratar direta ou indiretamente com a instituição, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a instituição.
3. Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a atividade da instituição, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da instituição, ou de participadas desta.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, considera -se que existe uma situação conflituante:
 - a. se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transação efetuada;
 - b. se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

ARTIGO 30º

Representação das pessoas coletivas

As pessoas coletivas far-se-ão representar perante a Associação por um dos seus gerentes, administradores ou procuradores com poderes gerais de representação que a pessoa coletiva livremente designará.

- 
4. No caso de a Assembleia Geral extraordinária não se realizar por ausência dos associados requerentes nos termos do número anterior, esses associados deverão pagar as despesas da convocatória.
 5. A Assembleia Geral Eleitoral reunirá em cada quadriénio para a eleição dos Órgãos Sociais e deverá realizar-se até 31 de dezembro do ano civil anterior ao do início do novo mandato.
 6. Na Assembleia Geral Eleitoral haverá um único ponto na Ordem de Trabalhos que é o da eleição dos Órgãos Sociais.

ARTIGO 38º

Da posse

Os Órgãos Sociais deverão tomar posse dos respetivos cargos até ao trigésimo dia posterior à eleição.

ARTIGO 39º

Do Processo Eleitoral


1. Compete à Direção a publicação, junto dos associados efetivos e honorários, da Assembleia Geral Eleitoral até quarenta e cinco dias antes da sua realização;
2. As listas concorrentes à eleição dos Órgãos Sociais serão admitidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral até trinta dias antes do dia da realização dessa Assembleia;
3. Compete ao Presidente da Assembleia Geral a fiscalização da situação dos diversos titulares concorrentes relativamente ao cumprimento das suas obrigações perante a Associação e a verificação de se os mesmos estarão ou não na situação de pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 40º

Mesa da Assembleia Geral

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.
2. Compete ao Presidente convocar as Assembleias Gerais, presidir às mesmas e dirigir os trabalhos, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-presidente;
3. Ao Secretário compete coadjuvar o Presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as Atas das reuniões;

ARTIGO 35º
Eleição dos Órgãos Sociais



1. Os Órgãos Sociais são eleitos por escrutínio secreto, por maioria simples dos votos entrados em urna.
2. As eleições dos Órgãos Sociais far-se-ão a partir de listas apresentadas a escrutínio, listas essas que terão de concorrer, obrigatoriamente, a todos os Órgãos Sociais sob pena de não serem admitidas ao escrutínio e que deverão ser afixadas na Sede e em todas as dependências da APPACDM DO PORTO para conhecimento dos Associados.

SECÇÃO II
ASSEMBLEIA GERAL

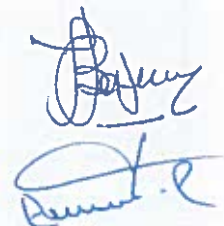
ARTIGO 36º
Sua Composição

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados efetivos e honorários no pleno gozo dos seus direitos, admitidos há, pelo menos, três meses.
2. A Assembleia Geral Eleitoral é constituída por todos os associados que possam ser eleitores e que tenham sido admitidos há pelo menos um ano contado à data da Assembleia Geral Eleitoral.

ARTIGO 37º
Reuniões

1. A Assembleia Geral ordinária reunirá, obrigatoriamente, duas vezes em cada ano, uma até 31 de março, para apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, e outra até 30 de novembro para apreciação e votação do Orçamento e Programa de Ação para o exercício seguinte, bem como do Parecer do Conselho Fiscal.
2. A Assembleia Geral extraordinária reunirá quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou ainda a requerimento de, pelo menos 20 associados efetivos e ou honorários no pleno gozo dos seus direitos;
3. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento de associados só poderá reunir se estiverem presentes, no mínimo, setenta e cinco por cento dos seus requerentes;

ARTIGO 57º
Da Extinção da Associação



1. No caso de extinção da Associação competirá à Assembleia Geral de Associados deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma Comissão liquidatária.
2. Os poderes da Comissão liquidatária ficam limitados aos atos de pura gestão necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

ARTIGO 58º
Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral de Associados, de acordo com a legislação em vigor e as normas orientadoras emitidas pelos serviços oficiais competentes.

